

No dia 24 de abril de 2024 reuniram-se na Teatro Municipal Bruno Nitz de Balneário Camboriú, localizado na Avenida Alvin Bauer, esquina com rua 300, no Centro de Balneário Camboriú, o Diretor de Interação Cultural Evandro Schneider, a Diretora de Artes Lilian Martins, demais servidores da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (FCBC) e representantes da sociedade civil para realizar a oitava presencial sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Lilian inicia a oitava às 19:45hrs, cumprimenta a todos e destaca a relevância da missão que a comunidade cultural tem na definição das diretrizes de aplicação dos recursos da PNAB em Balneário Camboriú. Lilian ainda afirma que está representando a presidente da FCBC, Denize Leite, posto que ela está recuperando-se de um procedimento cirúrgico. Lilian prossegue explicando que os critérios de distribuição dos recursos da PNAB são provenientes do governo federal e que já tivemos a oportunidade de ouvir mais sobre a PNAB com a ministrante Bárbara Kristensen, do colegiado da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí), na oficina do dia 16 de abril no mesmo Teatro. Lilian reforça que a oficina foi gravada e está disponível no canal do YouTube da FCBC, para que assim alcance de forma mais orgânica todas as áreas da cultura, como comunidades tradicionais, áreas de periferia e situações de vulnerabilidade. Lilian também destacou a importância do Conselho de Cultura e das Câmaras Setoriais na busca ativa para levar a PNAB para toda a comunidade. Lilian convida e apresenta para todos os presentes o presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC), André Gevaerd, e ressalta o protagonismo que o MinC tem colocado nos conselhos municipais durante todo o processo da PNAB. Lilian também explana um dos temas da última reunião do CMPC, trazido pela equipe do maracatu, em que requisitaram melhorias nas condições do espaço da Casa Linhares, principalmente no Galpão anexo, lugar que congrega várias atividades oferecidas, prestando serviços gratuitos à comunidade por coletivos de arte, cultura popular, como o próprio maracatu, as oficinas de capoeira, o jardim da capoeira e coletivos de artesanato de cerâmica e também congrega a base para feiras, festas culturais, a Biblioteca Setorial e atende toda a comunidade da região sul de Balneário Camboriú. Lilian afirma que uma parte do recurso da PNAB poderá ser usado para a manutenção necessária desse espaço que atende todos esses grupos e a FCBC pretende fazê-lo. Lilian prossegue falando que nesta noite será apresentado o resultado da oitava preliminar, realizada através do preenchimento de formulários on-lines disponibilizados entre os dias 05 a 21 de abril no site da FCBC e destaca que os dados levantados servirão de subsídio à discussão de hoje, em cumprimento ao parágrafo quarto do artigo nono do Decreto 11.740 de 2022 e norteará o PAAR. Em seguida, Lilian convida Bárbara para subir ao palco e dar continuidade as falas da noite. Bárbara cumprimenta a todos e comunica que está sendo gravada a oitava e que estará disponibilizada também no site da FCBC. Bárbara avisa sobre a necessidade de todos assinarem a lista de presença. Bárbara lembra sobre a próxima reunião do CMPC, dia 30/04, e da importância da participação da

comunidade na referida reunião, pois será votada a proposta final do PAAR. Bárbara faz um apanhado geral dos pontos abordados na oficina do dia 16 de abril como: o que é a PNAB, as diferenças da Lei Aldir Blanc I e Lei Paulo Gustavo, recursos e certificação para a Cultura Viva. Neste momento Luciano Candemil, integrante da câmara setorial de música, questiona sobre a possibilidade de uso dos recursos para locação de espaços culturais pela FCBC. Bárbara afirma que sim, mas dentro das ações gerais pelo fomento cultural. Bárbara prossegue evidenciando as exigências de distribuição dos recursos já regulamentada como a aplicação de 20% para áreas periféricas e comunidades tradicionais. Bárbara ainda comenta do espaço exclusivo no site da FCBC destinado à PNAB em Balneário Camboriú e a obrigatoriedade de preenchimento do PAAR pela FCBC até 31 de maio. Bárbara sugere que os envolvidos pensem no impacto coletivo nas sugestões a serem dadas. Luciano Candemil reforça as palavras da Bárbara, e sugere que a FCBC destine os recursos para investir em aparelhamento, instalações e estrutura para criar espaços que permitam a realização de projetos no futuro. Ele enfatiza a importância de pensar além do curto prazo e considerar um planejamento de cinco anos para otimizar o uso dos recursos. Bárbara reforça que o PAAR é um planejamento de aplicação anual e que ano que vem será discutido novamente. Angélica Benedetti, representante da Fundação Cultural, segue com a apresentação dos resultados compilados dos formulários respondidos via site da Fundação Cultural, conforme apresentação anexa. Em relação aos recursos recebidos pela Fundação Cultural (R\$ 1.056.084,02), foi apresentada a proposta, de acordo com as determinações do MinC, de serem distribuídos da seguinte maneira: 5% (R\$52.804,20) para operações administrativas, 70% (R\$739.258,81) para ações de apoio cultural e 25% (R\$264.021,02) para a Cultura Viva. Do montante destinado ao apoio cultural, R\$150.000 serão alocados para a recuperação da Casa Linhares, restando R\$589.258,81 para fomento direto a projetos culturais. Haydée Assanti, representante da FCBC, esclareceu que o valor mencionado refere-se ao projeto de restauro da Casa Linhares, recurso seria destinado à manutenção desse espaço específico. Bárbara recapitulou alguns pontos importantes para esclarecer a complexidade dos números mencionados. Bárbara ainda esclareceu que o valor sugerido para a Casa Linhares não é para realizar o restauro em si, mas sim para pagar os profissionais, como arquitetos e engenheiros, que irão elaborar o projeto de restauração. Bárbara esclareceu a questão das cotas obrigatórias para negros, indígenas e pessoas com deficiência, ressaltando que essas cotas não podem ser alteradas e devem ser mantidas em todos os editais com 25% para negros, 10% para indígenas e 5% para PCD. Bárbara enfatizou a necessidade de definir claramente se essas ações serão implementadas por meio de editais ou critérios de pontuação diferenciados, pois tudo deve estar detalhadamente descrito no plano. Ela ressaltou que o valor destinado à Casa Linhares é para a manutenção estrutural, não para o custeio mensal. Luciano questionou se o valor destinado à Casa Linhares já poderia ser utilizado para ações relacionadas à comunidade periférica, enquanto também indagou sobre as cotas destinadas a

peessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência, indagando se essas cotas referem-se aos proponentes ou aos projetos que serão desenvolvidos para esses grupos específicos. Bárbara explicou que as cotas são para os proponentes, incluindo pessoas jurídicas e coletivos compostos majoritariamente pelos grupos mencionados. Ela também mencionou que a localização da Casa Linhares, no bairro da Barra, influencia na parcela do recurso destinada às ações periféricas, sugerindo que aproximadamente 20% dos recursos já seriam destinados a essa área. Ao final, ela abriu espaço para mais questionamentos ou comentários dos presentes. A plateia questionou se a Casa Linhares passará por reformas apenas neste ano ou se isso será um padrão contínuo. Eles estão especialmente interessados em saber se haverá alguma ligação com o maracatu nesse contexto. Lilian esclarece que o valor mencionado não é suficiente para uma reforma completa, mas sim para contratar o projeto de restauro e destaca a urgência em melhorar as condições do galpão, que é uma prioridade atual. Bárbara enfatiza que a Fundação tem autonomia para decidir sobre o uso dos recursos, desde que cumpra as obrigações legais, como destinar 20% para áreas periféricas. Lilian informa ainda que o valor proposto é baseado em levantamentos de orçamentos. Ehiron, representante da câmara setorial de patrimônio cultural, levantou uma questão sobre como serão definidas as áreas periféricas e quais critérios serão adotados para isso. Lilian ressaltou que o conceito de periferia não se limita apenas ao espaço geográfico, mas também abrange aspectos de vulnerabilidade, acessibilidade e acesso. Ela mencionou a disponibilidade de dados quantitativos provenientes do CRAS, destacando a importância de utilizar esses dados para reforçar a justificativa dos projetos em áreas periféricas. Patrícia, servidora pública, explicou que os CRAS (Centro de Referência de Atenção Social), conhecidos pela política de assistência social, são localizados em áreas de periferia e vulnerabilidade. No município, existem três CRAS que atendem a essas normas, e isso poderá servir como orientação para determinar onde os recursos serão aplicados e que essa informação estará detalhada no edital. Bárbara destacou a importância de mostrar a realidade local nos projetos culturais, especialmente para os pareceristas que geralmente não são da região. Ela enfatizou que os proponentes devem apresentar dados oficiais e evidências claras da situação, pois os pareceristas não podem adivinhar a realidade das comunidades. Essa responsabilidade recai sobre quem está escrevendo o projeto, demonstrando o contexto e as necessidades de forma precisa. A plateia questionou se haverá algum processo de atualização, esclarecimento ou condução para os espaços que continuam atuando na cultura e desejam se habilitar como Pontos de Cultura. Bárbara explicou que qualquer pessoa pode iniciar o processo de cadastro no Cultura Viva através do site, com ou sem CNPJ, fornecendo informações como portfólio, relevância do coletivo, conexão com outros pontos do município e duas cartas de recomendação. Ela encorajou a participação, mesmo sem a certificação, pois os requisitos serão os mesmos no edital. Evaldo, representante do grupo de artistas plásticos de Balneário Camboriú, questionou sobre a distribuição da verba e se haverá espaço para novas

AB

ideias. Ele destacou a importância da participação e debate, lamentando a baixa presença e ressaltando a relevância de entidades culturais engajadas. Evaldo também solicitou acesso aos resultados da pesquisa para melhor compreensão e contribuição nas discussões. Bárbara agradeceu e destacou que os resultados da pesquisa são um ponto de partida, uma oitiva preliminar, a partir do qual as discussões se desenvolvem. Haydée informou que a apresentação dos resultados das oitivas preliminares estará disponível no site do setor da PNAB, permitindo que todos possam acessar e revisar as informações apresentadas. Bárbara observou que os resultados das oitivas preliminares indicam pouca representatividade do povo negro, da comunidade LGBTQ e das mulheres. Ela destacou a importância de discutir mecanismos de protagonismo para esses grupos, ressaltando que as cotas não são discutíveis, mas os mecanismos de protagonismo são. Luciano Estevão, representante da câmara setorial de literatura, questionou sobre o prazo para o lançamento do edital pela Fundação, levando em consideração o período até dezembro para fechar o pagamento dos recursos. Luciano perguntou se a Fundação tem uma ideia de quando pretende lançar o edital, pois isso afetaria o tempo disponível para a execução dos projetos, seja em um período de seis meses ou de 12 meses a partir do lançamento. Haydée esclareceu que os contratos dos projetos aprovados serão de 12 meses, seguindo o modelo da Lei Paulo Gustavo, com a obrigação da Fundação Cultural de realizar os pagamentos até 31 de dezembro. Luciano Estevão propôs que os 20% do Cultura Viva sejam destinados à manutenção e criação de pontos de cultura, conforme previsto no Plano Municipal de Cultura, visando alcançar pelo menos 10 pontos até 2025. Ele também sugeriu a realização de festivais culturais em diferentes áreas da cidade, destacando os benefícios como geração de emprego, formação de público e estímulo à cultura local. Bárbara esclareceu que a proposta de Luciano para um edital de criação e manutenção de ponto de cultura não se enquadra exatamente nos termos do MinC, pois o fomento é para projetos continuados e, se aprovados, se tornariam pontos de cultura. Haydée explicou que a Fundação Cultural não pode realizar a premiação de Ponto de Cultura devido a restrições legais presentes no estatuto da Fundação. Ela mencionou que essa questão foi discutida anteriormente na Lei Paulo Gustavo e que um parecer jurídico da Procuradoria Municipal confirmou essa impossibilidade devido às leis estabelecidas. Bárbara reforçou que a única opção viável dentro da Cultura Viva é o fomento a projetos continuados de Ponto de Cultura. Luciano Candemil sugeriu direcionar o montante para festivais de cultura. Bárbara levantou a questão da execução dos festivais propostos, mencionando a exemplo o Festival da Canção local. Haydée esclareceu que a Fundação Cultural executa o festival e que a contratação de serviços artísticos segue um edital de credenciamento de artistas. André Gevaerd apoia o uso dos recursos para subsídio e manutenção de espaços e também questiona sobre a questão de recurso mínimo de 25% e sugere que, dada a realidade dos aluguéis em Balneário Camboriú, talvez esse valor possa ser maior, como 35% ou 40%. Bárbara mencionou a possibilidade de destinar mais 25%

para a Cultura Viva. Haydée comentou sobre a permissão para participar de dois editais, citando exemplos da Aldir Blanc durante a pandemia em que proponentes foram contemplados em mais de um edital sem problemas. Ambas destacaram a importância de aguardar as minutas de editais do Ministério da Cultura para ter uma resposta definitiva sobre essa questão. Evaldo propôs distribuir os recursos para abranger diversas manifestações culturais de forma equitativa. Bárbara destacou a importância de não fixar porcentagens para cada área neste momento, pois isso deve ser discutido posteriormente, considerando as demandas e viabilidade dos projetos apresentados. Marcelo Urizar, representante das artes visuais, expressou sua preocupação com a planilha em discussão, argumentando que ela precisa incluir atividades específicas como execução, produto, entrega e quantidade para refletir adequadamente as necessidades dos artistas visuais. Marcelo sugeriu atividades como um salão de artes ou eventos com muralistas, enquanto Bárbara destacou que a PNAB permite a diversidade de propostas. Luciano Candemil menciona a longa demanda por festivais no Conselho de Cultura e sugeriu que cada setorial se reúna até o dia 30 para definir suas propostas a serem apresentadas na reunião do dia 30. Bárbara ressaltou a importância de discutir as metas do Plano de Cultura, destacando que a ideia do festival é uma meta desse plano. Willian, representante de audiovisual, perguntou sobre o funcionamento das bolsas no contexto da Cultura Viva. Bárbara mencionou que estão aguardando a minuta do Ministério da Cultura (MinC) para entender melhor o funcionamento das bolsas. Lilian enfatizou a importância de aguardar a minuta do MinC e mencionou a necessidade de organização dos coletivos culturais para alcançar as metas do plano de cultura, especialmente no âmbito do Cultura Viva. Ela propôs contemplar todas as linguagens culturais do Conselho, incluindo festivais, projetos de produção, difusão e circulação. Evaldo expressou sua concordância com as colocações de Marcelo e enfatizou sua vontade de participar ativamente na política cultural. Lilian destacou a importância da participação nas câmaras setoriais do conselho. Bárbara ressaltou a importância de aproveitar o recurso destinado à Cultura Viva este ano, pois não há certeza sobre o próximo ano. Ela mencionou que o MinC e a lei priorizam o conselho para essas discussões, destacando que se a Fundação quisesse, a discussão ocorreria no Conselho, conforme o intuito de fortalecer essa instância. Bárbara enfatizou a necessidade de se envolver mais com o Conselho, seja como conselheiro ou ouvinte, pois essa prática de tomada de decisões deve se tornar mais comum para garantir uma aplicação adequada dos recursos culturais, especialmente em períodos de transição de gestão. Bárbara informou sobre o Fórum Regional de Conselheiros Municipais de Cultura, organizado pela AMFRI, marcado para o dia 14 de maio em Navegantes. O objetivo do fórum é discutir a impossibilidade de conselheiros municipais participarem de editais e buscar soluções para essa questão. Ehiron sugere um edital específico para o movimento de hip hop. Paula, representante das artes visuais, apoia a sugestão de Ehiron e relata as dificuldades de ver projetos de hip hop aprovados em editais de

fomento. Bárbara respondeu que a cultura hip hop está incluída nos mecanismos de protagonismo e tem sido beneficiada. Lilian menciona que a distinção entre feira e festival pode depender da abordagem e da proposta do projeto. Além disso, Lilian ressalta a importância de projetos bem fundamentados, com orçamento coerente, mencionando sua experiência pessoal em que um projeto bem avaliado tecnicamente falhou devido a uma questão específica de acessibilidade. Bárbara menciona sua experiência no Edital Elisabete Anderle, em que obteve uma pontuação alta, mas não foi aprovada devido à pontuação ainda maior de outro projeto. Haydée elogia os projetos apresentados de Balneário Camboriú na LIC 2024, destacando que os elogios recebidos são impressionantes e demonstram um alto nível de qualidade e concorrência. Luciano Candemil propõe a criação de uma modalidade de edital ou a alocação de uma verba específica para a contratação de especialistas em elaboração de projetos. Haydée menciona que a Fundação Cultural contratou já profissionais para oferecer cursos sobre como elaborar projetos, justificativas, portfólios, orçamentos, currículos e apresentações. Esses cursos estão disponíveis no site da Fundação Cultural (culturabc.com.br) e no YouTube da instituição, fornecendo informações valiosas para quem deseja melhorar suas habilidades na elaboração de projetos culturais: Ela enfatiza a importância de aprender com os erros e de buscar orientação para aprimorar os projetos. Lilian compartilha a importância de buscar apoio e formar equipes para a elaboração de projetos culturais. Bárbara menciona que é possível contratar pessoas para ministrarem oficinas dentro do custo operacional. Marcelo concorda com a contratação de profissionais para ajudar na elaboração de projetos. Luciano Estévão expressa seu apoio pela participação das artes visuais no próximo fórum de conselho de cultura. Ele destaca a importância da realização de festivais, saraus e eventos culturais, além do apoio à produção audiovisual e cultural de modo geral, incluindo a LIC como um meio de fomento significativo. Luciano ainda apoia a ampliação do teatro para mais 300 lugares nos próximos cinco anos e sugere que subsídios e manutenção de espaços e organizações culturais possam ser considerados na ampliação dos 25% do Cultura Viva, especialmente para Pontos de Cultura, abrangendo tanto espaços físicos quanto organizações culturais. Bárbara ressalta que a Fundação pode abrir um edital de subsídio, mas passar nesse edital não implica tornar-se um ponto de cultura, e isso não entra nos 25% do Cultura Viva. Bárbara explicou que o subsídio mensal é destinado à manutenção de espaços culturais sem projetos específicos, como aluguel, contas de luz e a contratação de profissionais para atividades regulares. Em contraste, o Cultura Viva requer projetos contínuos e já existentes. A plateia destacou a importância de ter um piano de cauda no teatro, especialmente para músicos que se apresentam lá, mencionando que é um instrumento essencial e que traria uma experiência incrível para os artistas e o público. Haydée encerrou as tratativas da noite e Bárbara complementou mencionando a representação da presidente Denize. Lilian sugeriu que os participantes levem propostas bem estruturadas para a reunião do conselho, lembrando que a votação é feita pelos conselheiros.

Ela convidou todos para a próxima reunião do conselho, marcada para o dia 30, com primeira chamada às 17h00 e segunda chamada às 17h30. Lilian sugeriu que, caso uma setorial esteja sem representante, o encaminhamento das questões deve ser feito para a mesa diretora, o presidente do conselho e outra setorial. Ela expressou a expectativa de que esse assunto seja discutido e ouvido pelos conselheiros. Ela agradeceu pela presença de todos e encerra a oitiva às 21:40hrs. Os participantes assinam a lista de presença que será anexa a esta ata e eu, Angélica Benedetti, lavrei esta ata para que surta os efeitos legais.

Angélica Benedetti
matrícula 132